

Plantando Esperança



INFORMATIVO CEDAPP – PRIMEIRO SEMESTRE DE 2019 – Nº 4

FOTOS: Equipe CEDAPP

O clima no Semiárido pernambucano



Aprender a conviver com a Região é o primeiro passo para o êxito

A interferência do homem no meio ambiente pode resultar em perdas irreversíveis a longo prazo

O Semiárido pernambucano é formado por 10 Regiões de Desenvolvimento, as RD's. Sua área, 85.980 km², representa 87,6% do território de Pernambuco (IBGE, 2010), compreendendo 122 municípios das mesorregiões do Alto Sertão, Sertão do São Francisco e Agreste pernambucano. Cidades com expressiva concentração de terra, o que inviabiliza uma proposta de sustentabilidade. Entendendo que o princípio de “terra democratizada” sozinho não basta, é óbvia a necessidade de acompanhamento e a empregabilidade de alternativas tecnológicas que garantam a convivência com as características que compõem o Semiárido, oferecendo às famílias meios de sobrevivência dignos.

A diversificação das soluções ligadas às práticas agrícolas, dispensáveis, focam em recursos destinados ao “combate à seca” e a introdução de espécies exóticas e ações agressivas aos vários ecossistemas, possivelmente, acarretará em mudanças climáticas nas microrregiões. Ações associadas a um conceito que difere da Convenção das Nações Uni-



Mudanças no clima podem interferir na produção dos alimentos

das sobre mudanças do clima, em que elas estão atribuídas direta ou indiretamente à atividade humana. A discussão sobre as mudanças no clima, tem despertado preocupação da comunidade científica internacional e nacional, governantes e sociedade de maneira geral (United Nations Framework Convention on Climate Change ou UNFCCC, 1992).

Estudos recentes realizados no Brasil e no mundo, com a temática do aquecimento global e a segurança alimentar, indicam que as mudanças climáticas podem afetar a produção de alimentos e fazer com que áreas de risco aumentem, por exemplo, as áreas de desertificação. Em se confirmando o aumento das temperaturas, o

atual zoneamento agrícola brasileiro deverá ser modificado para contemplar a nova realidade do clima. Em Pernambuco, evidências de alterações climáticas já foram encontradas, mostrando que o aumento de temperatura do ar é crescente (LACERDA et al., 2010).

O Modelo Brasileiro do Sistema Terrestre (BESM) indica um quadro de modificação no comportamento das Temperaturas da Superfície do Mar (TSM) sobre o Atlântico Tropical num cenário de aumento de CO₂ nas próximas décadas, com o aumento da ocorrência de anos de seca, alternados com anos de precipitação abundante sobre o Nordeste do Brasil (NOBRE et al., 2013).

O Nordeste do Brasil e Per-

nambuco, em especial, estão vulneráveis aos processos de desertificação, secas severas e chuvas intensas. Segundo o Relatório do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC, 2013), é provável que o Semiárido nordestino tenha sua precipitação reduzida em até 20% até o ano de 2040, com aumento de temperatura de até 1°C.

É urgente a definição de políticas de planejamento ambiental, assim como a implementação de políticas nacionais de avaliação de vulnerabilidade às mudanças de clima, assim definir zonas de risco a eventos extremos de tempo e clima, com finalidade de definir critérios de adaptação políticas de mitigação.

CARTILHA

Elaborada e publicada pelo CEDAPP, a cartilha “Experiências Exitosas – Empreendimentos Rurais da Agricultura Familiar, reúne relatos de agricultoras e agricultores acompanhados pela Instituição. A edição apresenta a importância da agricultura familiar por meio das histórias de quem tem amor pela terra e, com a ajuda e orientação, consegue superar os desafios e produzir produtos de qualidade.



ENTREVISTA >> Humberto Miranda, coordenador da Escola de Conselhos de PE

Escola de Conselhos de Pernambuco: dez anos de atuação

Humberto Miranda coordena, desde 2008, a Escola de Conselhos de Pernambuco, órgão fundamental na formação de conselheiros e conselheiras. Recife, professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Miranda atua como docente permanente dos programas de Pós-Graduação em História e Educação, é pós-graduado em História, com tese de doutorado no campo dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes

Qual a finalidade da Escola de Conselhos?

Promover de forma permanente a formação para conselheiros e conselheiras dos direitos da criança e do adolescente e tutelares. A Escola tem se integrado ao Sistema de Garantia de Direitos, tornando-se sintonizada com as questões sociais e políticas que permeiam o universo da luta em defesa das infâncias. Esta trajetória tem fortalecido a Universidade e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pernambuco (CEDCA), que passou a considerar a Escola como uma política permanente no Estado.

Como foi o processo para assumir a coordenação da Escola?

Tenho pesquisado sobre os direitos da criança e do adolescente desde o início da minha vida acadêmica. Sempre sintonizado com o compromisso da extensão universitária. Esta trajetória me aproximou do Conselho Estadual, do Fórum DCA, das organizações e instituições de promoção, defesa e controle social. Assim fui conduzido a coordenar a Escola.

Como você avalia o trabalho realizado durante este tempo?

A Escola completou 10 anos em 2018 com muito a comemorar. Para começar, o fortalecimento dos conselheiros municipais e tutelares por meio dos cursos de extensão, especialização e seminários. A produção de pesquisa, assessoria ao CEDCA - no campo das ações formativas, sistematização do Plano Decenal dos Direitos das Crianças e Adolescentes. O impacto direto se percebe na atuação qualificada dos conselheiros e conselheiras que passam a atuar em rede, conscientes de suas atribuições.

Todas as esferas do funciona-

Miranda pontua a importância do trabalho realizado pela Escola de Conselhos de PE



Acervo Pessoal

mento dos conselhos são extremamente necessárias para a execução das políticas públicas. Sabendo disso, é possível notar diferença entre um município que tem conselhos atuantes e os que quase não os tem?

Sim. Inclusive, os municípios que possuem conselho dos direitos fortalecidos possuem conselhos tutelares estruturados. Há conselhos que são cartoriais. No dia a dia da Escola podemos perceber as diferenças ao mobilizarmos os municípios para participação das nossas ações formativas. Há municípios que buscam apoiar as ações da Escola, Peseira é um exemplo.

O artigo 90 do Estatuto da Crian-

cando seu Regime de Atendimento "Orientação e Apoio Sociofamiliar", ela é obrigada a ter atendimento diário com crianças e adolescentes?

É importante atentar para o estatuto desta entidade, sua estrutura e manutenção para o atendimento diário para as crianças e adolescentes. Há situações que exigem o atendimento diário e outros não, já que ele não é fundamental para a entidade se inserir no chamado regime de atendimento no campo da orientação e apoio sociofamiliar. É preciso ter cuidado para que o conselho não extrapole o nível de exigência e comprometa a rede de proteção.

Pode um Conselho Municipal rejeitar a inscrição/registro de uma entidade que tem atendimento regular, contínuo e sistemático com a defesa de direitos das famílias (consequentemente das crianças e adolescentes)?

Rejeitar a partir de qual argumento? É de responsabilidade do Conselho assegurar a inscrição e acompanhar as suas ações nas quais a entidade se compromete a executar. Existe uma Lei federal que não permite que se negue o registro da entidade que presta atendimento às famílias. É bom reforçar que o mundo da infância coabita com o universo da família e se a entidade comprova esta atuação, a mesma precisa ser respeitada.

Em um cenário tão desafiador, qual sua mensagem para os Conselheiros de Defesa dos Direitos das crianças e adolescentes.

"Ninguém solta a mão de ninguém". Precisamos acreditar que a felicidade pública é fundamental para que a felicidade individual se efetive. Ninguém é feliz sabendo que há um irmão passando fome ou injustiçado.

ça e do Adolescente fala sobre as Entidades de Atendimento e a execução de programas de proteção e socioeducativos. Existe algum Regime de Atendimento mais importante que outro?

Para cada caso, para cada trajetória de vida, uma responsabilidade diferente que precisa ser efetivada. Para além do que se encontra estabelecido no Artigo 90 é importante que as pessoas e as entidades de atendimento estejam fortalecidas para fazer valer o que se encontra escrito nesta Lei. Esses diferentes regimes atendem diferentes demandas sociais.

Se uma entidade se inscreve no Conselho Municipal especifi-

Processo de formação interna

Com objetivo de qualificar a prática, equipe técnica e administrativa do CEDAPP participa de capacitação

O trabalho realizado no Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno Produtor Rural junto aos agricultores e agricultoras familiares acompanhados no Semiárido do Estado, tem fundamento na missão de fortalecer as competências individuais e comunitárias do cidadão e cidadã, orientando o acesso aos direitos sociais, na perspectiva da convivência com a Região de forma digna. Com objetivo de superar os desafios e qualificar a prática, as equipes técnica e administrativa da instituição participaram de uma formação, dividida em dois módulos, assessorada pelo educador popular Alexandre Merren.

No primeiro momento Merren convidou o grupo a voltar a olhar para si (eu), questionando “de onde vim?” E os caminhos de cada um até chegar ao CEDAPP para entender como todos estão conectados (“eu e a equipe”), observando as potencialidades desenvolvidas e as habilidades que po-

dem ser somadas para fortalecer a equipe. Um momento também de reflexão, trabalhando os encantamentos no coletivo (“eu, nós e a vivência nas comunidades”).

No segundo módulo o convite foi para ponderar sobre as “tensões” de cada comunidade acompanhada, respeitando cada momento do processo. O exercício praticado foi enxergar o avanço institucional com um novo olhar para a vida e a realidade dos grupos. E, dividido em três grupos, a equipe realizou estudos de caso, a partir da observação de três associações, uma de cada fase de acompanhamento.

O objetivo era entender, a partir da intervenção do CEDAPP, se os objetivos estão sendo alcançados.

Durante a formação, foram identificadas as habilidades que a equipe técnica deve desenvolver para garantir que o CEDAPP cumpra a sua missão de promover a autonomia e organização dos grupos acompanhados para a convivência com o semiárido de maneira sustentável.

A capacitação contemplou orientações metodológicas com referência a análise dos efeitos do Projeto a partir dos indicadores apontados no Plano Trienal do CEDAPP.



O grupo contou com o apoio do facilitador Alexandre Merren



O foco é respeitar o momento de cada grupo acompanhado

EXPERIÊNCIA EXITOSA

Acompanhado pelo CEDAPP, José Fernando Nunes Calado, 42 anos, conhecido como Naninho, trabalha na caprinocultura. Ele mora, com a família (esposa, Maria Iolanda Silva Nunes, e filhas, Fernanda, 22, e Amanda, 21) na Comunidade da Barriguda em Sannharó e faz parte da Associação dos Bacamarteiros, Coquistas e Agricultores do Sítio da Barriguda, desde 2015. Antes de conhecer o trabalho da Instituição, Naninho trabalhou atuou em outras áreas e tentou manter uma criação de vacas comprada depois de empréstimo do PRONAF, que foram vendidas depois de forte estiagem na Região. Depois de atuar como taxista, trabalha na Prefeitura como motorista, e comemora, ao lado da família, seu progresso.

“Em 2016 o CEDAPP comecei a acompanhar a Associação. Ao participar de intercâmbio na Associação de Laje do Carrapicho (Alagoí- nha), me interessei e comprei uma



“Quero me tornar um criador de caprino de referência na Região.”

cabritinha. Em seguida, o CEDAPP implantou o projeto do Fundo Solidário, em que agricultores de Laje do Carrapicho e de outras comunidades doaram 20 marrãs para 20 famílias da associação, e a nossa família foi beneficiada. Comecei a investir na atividade com o apoio de minha esposa e filhas, que são bem atuantes, e a orientação do técnico João Paulo. As cabras bebem e co-

mem pouco, produzem muito bem, tanto que quando começaram a parir, o leite sobrava e eu dava aos cachorros. Mas justamente com o que aprendi com o CEDAPP, participando de curso sobre derivados do leite, passei a produzir queijos. Hoje são 40 cabras produzindo 40 litros de leite por dia, o que representa o aumento na renda da família, com melhores condições de vida”.

CONTROLE SOCIAL

O Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno Produtor, entendendo a importância dos conselhos de direitos como espaços prioritários que concretizam o controle social por meio da participação social, fomentando e qualificando a participação de representantes da sociedade civil e do poder público em defesa dos princípios democráticos, está representando nos seguintes órgãos: Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS-PE), Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA - PE), Conselho Municipal de Assistência Social de Pesqueira (CMAS), Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pesqueira (COMDECA) e Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Pesqueira, Alagoí- nha e Tupanatinga (CMDRS), Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Pesqueira (COMDEMA).

“Amigos Paulistas dos Pernambucanos”

Grupo já contribuiu para construção de 131 cisternas na Região do Semiárido

Em 2013 o senhor Odonel Urbano, paulista da cidade de Campinas, visitou Pesqueira com objetivo de realizar uma visita técnica à Associação PODE. Então coordenador Nacional da Fundação Liliâne no Brasil, o senhor Odonel aproveitou a viagem para conhecer o trabalho do Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno Produtor. Nessa oportunidade, ele entrou em contato com a situação de vulnerabilidade e os desafios das famílias rurais da região do semiárido de Pernambuco que são acompanhadas pelo CEDAPP sobretudo com as consequências das longas estiagens que provocam uma constante falta de água para beber e para as demais necessidades.

Entendendo a importância da tecnologia social cisterna de pla-



As famílias beneficiadas com a iniciativa têm garantido o acesso à água de qualidade

cas para uma família, Odonel convidou amigos para colaborar nesta causa e conseguiu arrecadar fundos para a construção de 10 cisternas de placas para famílias do Sítio José Gomes, no município de Buíque. Essa foi a primeira ação oficial do projeto “Amigos Paulistas dos Pernambucanos”.

A partir desta primeira etapa, até hoje se passaram cinco anos, com 131 cisternas construídas em

diversas comunidades. Com a capacidade de armazenamento de 16 mil litros de água em cada reservatório significa que uma família de até seis pessoas pode fazer reserva de água segura para consumo em até oito meses. O que não só torna possível a convivência com as adversidades da Região Semiárida, como lhes garante dignidade.

A boa notícia é que o apoio dos Amigos Paulistas agrega uma

nova perspectiva de apoio e financiamento através dos grupos produtivos rurais.

Destacando-se como uma viável fonte de renda para os pequenos criadores, a criação de cabra é o novo foco para a sustentabilidade das famílias que receberá a colaboração do grupo para construir e aprimorar apriscos que são as instalações dos espaços de criação e manejo dos caprinos.

ENTREVISTA >>

Odonel Urbano, Idealizador do Projeto

Quem são os “Amigos Paulistas”?

Um pequeno grupo, formado por pessoas que cooperam de forma anônima, sensibilizado com os problemas que temos (Val e eu) compartilhamos. Por exemplo, a visão entristecedora dos rios e barreiros secos, a mata nativa morta, o intenso tráfego dos caminhões pipas, as carroças carregadas com bombonas azuis com água, a lata d'água na cabeça, a miséria da maioria dos sítios visitados nestes anos de contato com o sertanejo. A decisão, todavia, foi de que o trabalho de cooperação seria feito no anonimato.

Quais as motivações para seguir com o Projeto?

As motivações para seguir com

o Projeto das Cisternas de Placas, agora ampliado para os apriscos caprinos, são essencialmente filantrópicas. A ideia é a de que a dívida social de parte da população (na qual nos incluímos) é de tal escala que, quanto mais se paga, mais se deve.

Essa dívida social decorre do fato de que, de uma forma ou de outra, direta ou indiretamente, a massa dos empobrecidos paga pelo conforto dos que têm boas condições de vida (na qual nos incluímos). Essa filosofia empurra o cidadão - na permanente ausência do Estado, perdulário, pródigo, paquidêmico e corrupto -, a que arregace as mangas e, dentro de suas possibilidades, colabore com iniciativas como estas.



AGRADECIMENTO

O CEDAPP, em nome de todas as famílias beneficiadas, agradece ao “Amigos Paulistas dos Pernambucanos” a parceira que tem mostrado que é possível um semiárido digno.

AGENDA

Encontro com diretorias dos grupos acompanhados 4 e 5 de abril:

Agenda fixa

Reunião da equipe do CEDAPP para o planejamento das atividades e discutir o desenvolvimento das ações: quartas-feiras.

Feira da Agricultura Familiar e Economia Popular Solidária em Pesqueira: primeira terça-feira de cada mês.

REALIZAÇÃO



APOIO:



PRINCIPAIS PARCEIROS:



Dieciagosto
Onlus

EXPEDIENTE

Informativo Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno Produtor – Coordenadora Geral do CEDAPP: Maria Elizabeth Pires Martins, Presidente: Danielle Calado; Coordenadora Pedagógica: Cleide Rafael Carneiro, Assessora Técnica: Maria de Lourdes Viana; Secretária Executiva: Verônica Oliveira Simões; Jornalista responsável: Paola Araújo; Textos: Equipe do CEDAPP e Assessoria Técnica. Diagramação: Anderson Santos, Tiragem: 1.000; Site: www.cedapp.org; Email: cedapp@cedapp.org; Facebook: centrodeapoioaopequenoprodutor facebook.com/cedapppesqueira; CNPJ 03.801.762/0001 – 85 - Endereço: Rua Com. José Didier, S/nº CEP: 552000-000 Pesqueira – PE – Brasil; Fone: (87) 3835.1849